



Simulado Especial

CGE SP

Auditor Estadual De Controle - Especialidade
Obras E Concessões
Pós-Edital

Caderno de Prova

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso **CGE-SP**, cargo de **Auditor Estadual de Controle - Obras e Concessões**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - A participação no ranking classificatório só será permitida até o horário de liberação do gabarito;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/PYpjNvdNH3urqpL8>

01 - A B C D E	21 - A B C D E	41 - A B C D E	61 - A B C D E	81 - A B C D E	101 - A B C D E
02 - A B C D E	22 - A B C D E	42 - A B C D E	62 - A B C D E	82 - A B C D E	102 - A B C D E
03 - A B C D E	23 - A B C D E	43 - A B C D E	63 - A B C D E	83 - A B C D E	103 - A B C D E
04 - A B C D E	24 - A B C D E	44 - A B C D E	64 - A B C D E	84 - A B C D E	104 - A B C D E
05 - A B C D E	25 - A B C D E	45 - A B C D E	65 - A B C D E	85 - A B C D E	105 - A B C D E
06 - A B C D E	26 - A B C D E	46 - A B C D E	66 - A B C D E	86 - A B C D E	106 - A B C D E
07 - A B C D E	27 - A B C D E	47 - A B C D E	67 - A B C D E	87 - A B C D E	107 - A B C D E
08 - A B C D E	28 - A B C D E	48 - A B C D E	68 - A B C D E	88 - A B C D E	108 - A B C D E
09 - A B C D E	29 - A B C D E	49 - A B C D E	69 - A B C D E	89 - A B C D E	109 - A B C D E
10 - A B C D E	30 - A B C D E	50 - A B C D E	70 - A B C D E	90 - A B C D E	110 - A B C D E
11 - A B C D E	31 - A B C D E	51 - A B C D E	71 - A B C D E	91 - A B C D E	111 - A B C D E
12 - A B C D E	32 - A B C D E	52 - A B C D E	72 - A B C D E	92 - A B C D E	112 - A B C D E
13 - A B C D E	33 - A B C D E	53 - A B C D E	73 - A B C D E	93 - A B C D E	113 - A B C D E
14 - A B C D E	34 - A B C D E	54 - A B C D E	74 - A B C D E	94 - A B C D E	114 - A B C D E
15 - A B C D E	35 - A B C D E	55 - A B C D E	75 - A B C D E	95 - A B C D E	115 - A B C D E
16 - A B C D E	36 - A B C D E	56 - A B C D E	76 - A B C D E	96 - A B C D E	116 - A B C D E
17 - A B C D E	37 - A B C D E	57 - A B C D E	77 - A B C D E	97 - A B C D E	117 - A B C D E
18 - A B C D E	38 - A B C D E	58 - A B C D E	78 - A B C D E	98 - A B C D E	118 - A B C D E
19 - A B C D E	39 - A B C D E	59 - A B C D E	79 - A B C D E	99 - A B C D E	119 - A B C D E
20 - A B C D E	40 - A B C D E	60 - A B C D E	80 - A B C D E	100 - A B C D E	120 - A B C D E

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/oaQt>

MÓDULO I**LÍNGUA PORTUGUESA***Adriana Figueiredo***TEXTO**

O historiador, como qualquer cientista, trabalha com evidências e suposições. Não pode romper o tênue equilíbrio entre esses dois elementos. Se não se arrisca a lançar hipóteses a partir de suposições, corre o risco de repetir o já conhecido, reafirmar o óbvio, transformar a aventura humana numa narrativa sistemática e organizada como cadeias de elementos químicos ou rígidas fórmulas matemáticas. Se, por outro lado, abandona as evidências e se permite “delirar” à vontade, pode criar uma interessante obra de ficção desvinculada do conhecimento acumulado por gerações, comprometida apenas com a imaginação criadora do autor.

(PINSKY, Jaime. *As primeiras civilizações*. 25. ed. São Paulo: Contexto, 2023, p. 24-25.)

1. Segundo as informações presentes no texto, é correto afirmar que:

- a) o trabalho do historiador exige distanciamento absoluto da imaginação, sob pena de que suas conclusões se tornem inverificáveis e aproximem-se do campo da ficção.
- b) assim como o cientista, o historiador deve rejeitar tanto a repetição do óbvio quanto a especulação imaginativa, mantendo-se rigidamente preso às evidências documentais.
- c) a tarefa do historiador consiste em equilibrar o rigor das provas e a ousadia das hipóteses, evitando tanto a estagnação do conhecimento quanto o devaneio criativo desprovido de base empírica.
- d) o texto defende que o historiador, diferentemente do cientista, deve abrir mão das evidências para compreender a aventura humana como narrativa poética e subjetiva.
- e) o autor propõe que o historiador trate os fatos humanos com o mesmo método das ciências

exatas, assegurando assim a objetividade e a neutralidade de sua narrativa.

2. Podemos inferir algumas informações de outras que são dadas no texto.

Assinale a única inferência a seguir que se mostra **inadequada**.

- a) O texto pressupõe que o historiador, mesmo quando formula hipóteses, deve sustentá-las em dados concretos, e não em meras fantasias.
- b) É possível concluir que o autor valoriza o uso da imaginação no trabalho histórico, desde que ela esteja subordinada à análise das evidências.
- c) Infere-se que a história, embora não seja uma ciência exata, deve buscar algum grau de método e de rigor em suas investigações.
- d) O texto permite entender que, ao contrário das ciências exatas, a história admite um espaço legítimo para a criatividade e para a formulação de hipóteses.
- e) Pode-se inferir que o texto defende uma oposição radical entre imaginação e conhecimento, tornando impossível a convivência entre ambos no ofício do historiador.

Simulado Especial CGE-SP (Auditor Estadual de Controle - Obras e Concessões) - 11/10/2025

3. Considerando os aspectos semânticos e estruturais do texto, assinale a opção que apresenta uma análise adequada quanto à tipologia textual.

- a) Trata-se de um texto narrativo, pois relata as possíveis atitudes do historiador diante de seu objeto, descrevendo ações sucessivas e resultados concretos.
- b) O texto é essencialmente descritivo, pois detalha com minúcia as características do trabalho do historiador, sem manifestar opinião ou juízo de valor.
- c) O texto apresenta predominância expositiva, uma vez que se limita a apresentar informações sobre a metodologia do historiador, sem procurar convencer o leitor.
- d) Predomina a tipologia argumentativa, pois o autor defende uma tese, valendo-se de raciocínios e exemplos comparativos para sustentar seu ponto de vista.
- e) O texto combina narração e injunção, pois apresenta uma sequência de ações e instrui o historiador sobre o modo correto de proceder em suas pesquisas.

4. Com base na leitura do texto, indique a afirmativa correta sobre sua significação ou estruturação.

- a) No terceiro período, é facultativo o emprego da vírgula após “*suposições*”.
- b) As duas ocorrências da palavra “*como*” têm valor de modo.
- c) A palavra “*prometida*” se refere ao substantivo “*ficção*”.
- d) Todas as formas verbais do texto referem-se a “”.
- e) É obrigatória a próclise do pronome “*se*” com as formas verbais “*arrisca*” e “*permite*”.

5. Em todas as frases a seguir houve a eliminação do QUE e a substituição do verbo por um substantivo correlato.

Assinale a afirmativa em que isso foi elaborado de forma adequada.

- a) O cientista, que descobriu a cura, recebeu o prêmio. / o criador da cura.
- b) A empresa, que produziu os relatórios, foi auditada. / a autora dos relatórios.
- c) A aluna, que estudou o tema, apresentou bons resultados. / a leitora do tema.
- d) O país, que cresceu economicamente, reduziu o desemprego. / o crescimento econômico.
- e) O médico, que operou o paciente, relatou o caso. / o operador do paciente.

6. Assinale a opção em que a relação lógica entre os segmentos da frase se encontra corretamente indicada.

- a) Sob o impacto do declínio da economia chinesa, / os países emergentes enfrentam baixas taxas de crescimento – relação de causa.
- b) Abra um buraco no local em que o tesouro está enterrado, / a não ser que você só esteja precisando de exercício – relação de finalidade.
- c) Os bichos são mais inteligentes / do que se pensa. – relação de proporção.
- d) Há flores em todas as estações, / assim como desatinos em todas as idades. – relação de modo.
- e) A fé remove montanhas, / mas os ecologistas são contra. – relação de conformidade.

7. Assinale a frase em que está presente a construção da voz passiva com o pronome SE.

- a) A infância perdida não **se** encontra mais.
- b) Os que desperdiçam seu tempo são os primeiros a **se** queixar de sua duração.
- c) Sempre teremos tempo bastante **se** fizermos dele uso com sabedoria.
- d) Não vou virar abóbora, **se** tiver um filho agora.
- e) É frustrante quando **se** precisa de ajuda de outrem.

8. Assinale a opção que indica a frase em que o emprego do acento grave indicativo de crase está correto.

- a) É sempre mais fácil comprar à prazo.
- b) Na formatura, mandaram-se convites às nossas antigas professoras.
- c) Queremos ver à cena de perto.
- d) Disseram palavrões à torto e a direito.
- e) As pessoas esquecem à passagem de seus ancestrais.

9. Num ato de comunicação, o conhecimento do referente é indispensável à perfeita compreensão do texto.

Assinale a opção em que o referente é identificado como referente extratextual conhecido.

- a) À noite, Sílvia recebeu a carta de seu avô.
- b) João leu a biografia de Pedro Américo.
- c) A protagonista morreu e isso foi o mais devastador.
- d) Soubemos que a seleção brasileira está bem colocada na Copa do Mundo.
- e) Ao final da história horror, os leitores ficam surpresos: o assassino é o filho do herói.

10. Um assaltante disse ao juiz: “*Senhor Juiz, minha família está passando fome, daí eu ter assaltado os bancos*”.

O argumento do assaltante mostra o seguinte problema estrutural:

- a) a premissa não é verdadeira;
- b) a premissa não é suficiente para a conclusão;
- c) a conclusão não é decorrência lógica da premissa;
- d) a conclusão não mostra relação lógica com a premissa;
- e) a estrutura tem validade, mas não tem verdade.

11. Todas as frases a seguir mostram uma locução sublinhada.

A frase em que a substituição deste termo sublinhado por um advérbio é feita de forma adequada, é:

- a) Sempre realizo as tarefas com toda a atenção / atenciosamente.
- b) A humildade é uma coisa boa, desde que praticada com moderação / modestamente.
- c) Mesmo sem estudo realizou a prova com sucesso / intuitivamente.
- d) Sempre tenha em mente que existir já é divertido / conscientemente.
- e) O que com frequência nos impede de entregarmos a um único é termos vários / ininterruptamente.

12. “Hoje, as conversas se tornaram rápidas e fragmentadas: mensagens curtas, enviadas entre compromissos que parecem nunca acabar. E, com rotinas cada vez mais aceleradas, a profundidade do diálogo também se perdeu.”.

O comentário abaixo que se opõe ao significado ou à estruturação original desse segmento do texto 1 é:

- a expressão “mensagens curtas” reforça a ideia de comunicação apressada e superficial;
- b) a repetição da ideia de velocidade se manifesta em “rápidas”, “fragmentadas” e “aceleradas”;
- c) o advérbio “também” sugere que a perda da profundidade é um acréscimo ao conjunto de mudanças citadas;
- d) a oração “com rotinas cada vez mais aceleradas” indica a causa da perda da profundidade no diálogo;
- e) as “mensagens curtas” representam uma forma mais intensa e profunda de comunicação entre as pessoas.

LÍNGUA INGLESA

Adolfo Sá

Harnessing artificial intelligence will help the world to tackle the climate crisis, but governments must step in to regulate the technology, the UN's climate chief has said.

AI is being used to make energy systems more efficient, and to develop tools to reduce carbon from industrial processes. The UN is also using AI as an aid to climate diplomacy.

But concerns over the vast and increasing energy requirements of large datacentres must prompt governments to act, said Simon Stiell, executive secretary of the UN framework convention on climate change.

“AI is not a ready-made solution, and it carries risks. But it can also be a gamechanger. So we now need to blunt its dangerous edges, sharpen its catalytic ones, and put it astutely to work,” he said. “If you run a major AI platform, power it with renewables, and innovate to drive energy efficiency.”

He added: “Done properly, AI releases human capacity, not replaces it. Most important is its power to drive real-world outcomes: managing microgrids, mapping climate risk, guiding resilient planning.”

Stiell gave an upbeat assessment of the state of global climate action, saying the world was “aligning with the Paris agreement”, with renewable energy booming, and governments set to produce fresh commitments on cutting carbon.

Speaking on Monday on the sidelines of the UN general assembly in New York, where world leaders have gathered amid stark geopolitical tensions, conflict and economic strains, he made a robust defence of climate diplomacy, in the face of outright hostility from Donald Trump's White House.

“If we look past the noise, the facts show a world aligning with the Paris agreement,” he said. “Investment in renewables has increased tenfold in 10 years. The clean energy transition is booming across almost all major economies, and hit \$2tn last year alone.”

China has led the global clean energy boom, but others – including the EU, India, African nations and Latin America – are also seeing widespread uptake of clean options. Investment has hit obstacles in the US, where Trump has ordered the dismantling of federal efforts to tackle the climate crisis, but many state governments and companies are continuing with their commitments.

Companies are seeing economic opportunities in the shift to a low-carbon world, but more finance is still needed. According to research published on Monday by the Industrial Transition Accelerator, of more than 700 low-carbon industrial installations in planning and development around the world, only 15 a year were gaining the finance necessary to go into full production. This represented a \$1.6tn (£1.2tn) opportunity for investors, the group said.

Citing the research, Stiell said: “We’re not waiting for miracles. The economics are on our side. Over 90% of new renewables cost less than the cheapest new fossil option. The technologies and solutions already exist.”

<https://www.theguardian.com/technology/2025/sep/22/ai-carries-risks-but-will-help-tackle-global-heating-says-uns-climate-chief>

13. According to the text, what is Simon Stiell's main position regarding AI and climate change?

- a) AI should be completely avoided due to its energy consumption.
- b) AI is a perfect solution that requires no government intervention.
- c) AI has potential but needs regulation and proper implementation.
- d) AI should only be used by renewable energy companies.
- e) AI is too risky to be used for climate-related purposes.

14. The phrase "blunt its dangerous edges, sharpen its catalytic ones" means that we should:

- a) completely eliminate AI technology.
- b) reduce AI's harmful aspects and enhance its beneficial ones.
- c) use AI only for military purposes.
- d) invest more money in AI development.
- e) replace human workers with AI systems.

15. The text suggests that AI can help with climate change by:

- a) replacing all human workers in energy sectors.
- b) reducing international climate diplomacy.
- c) eliminating the need for renewable energy.
- d) increasing carbon emissions from industry.
- e) overseeing microgrids and charting climate risks.

16. The text indicates that concerns about AI are primarily related to:

- a) its inability to solve climate problems.
- b) the vast energy requirements of datacentres.
- c) its high cost of implementation.
- d) the lack of government support.
- e) its incompatibility with renewable energy.

Gabarito: B
Comentário:

- **a) INCORRETA** - O texto mostra que AI pode ajudar, não que é incapaz.
- **b) CORRETA** - O texto menciona "concerns over the vast and increasing energy requirements of large datacentres".
- **c) INCORRETA** - Custo não é mencionado como preocupação principal.
- **d) INCORRETA** - O texto pede mais regulamentação governamental, não menciona falta de suporte.
- **e) INCORRETA** - AI é apresentada como compatível quando alimentada por renováveis.

17. In the sentence "*Harnessing artificial intelligence will help the world to tackle the climate crisis*", the words **HARNESSING** and **TACKLE** could be replaced, without changing its meaning, by:

- a) *Rejecting and ignoring*.
- b) *Exploiting and confronting*.
- c) *Avoiding and escaping*.
- d) *Hindering and postponing*.
- e) *Wasting and neglecting*.

18. In the sentence "*Done properly, AI releases human capacity, not replaces it.*", the expression **DONE PROPERLY** expresses:

- a) A condition, similar to "if it is done properly".
- b) A purpose, similar to "in order to be done properly".
- c) A contrast, similar to "although it is done properly".
- d) A consequence, similar to "so that it is done properly".
- e) A time reference, similar to "when it is done properly".

Simulado Especial CGE-SP (Auditor Estadual de Controle - Obras e Concessões) - 11/10/2025

19. In the sentence "*Most important is its power to drive real-world outcomes: managing microgrids, mapping climate risk, guiding resilient planning.*", the pronoun **ITS** refers to:

- a) *climate risk*
- b) *resilient planning*
- c) *artificial intelligence*
- d) *human capacity*
- e) *the Paris agreement*

20. Considering the sentence "*Stiell gave an upbeat assessment of the state of global climate action*", it is possible to state that Stiell's assessment was:

- a) *Extremely negative and pessimistic.*
- b) *Neutral, with no clear position.*
- c) *Cautious and doubtful.*
- d) *Positive and optimistic.*
- e) *Indifferent and careless.*

c) pela Assembleia Legislativa, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

d) pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, mediante controle externo, e pelas Controladorias Gerais de cada Poder.

e) pela Assembleia Legislativa, mediante controle externo, e pelas Controladorias Gerais de cada Poder.

22. Considerando o disposto na CE 1989, assinale qual das alternativas a seguir NÃO se enquadra como finalidade do sistema de controle interno:

- a) avaliar a execução das metas previstas no plano plurianual, nas diretrizes orçamentárias e no orçamento anual
- b) comprovar a legalidade e avaliar os resultados quanto à eficácia e eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração estadual, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado
- c) exercer o controle sobre o deferimento de vantagens e a forma de calcular qualquer parcela integrante do subsídio, vencimento ou salário de seus membros ou servidores
- d) exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres do Estado
- e) apoiar o controle externo, no exercício de sua missão institucional

FUNDAMENTOS DE AUDITORIA GOVERNAMENTAL

Guilherme Sant'Anna

21. De acordo com a CE 1989, a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado, das entidades da administração direta e indireta e das fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação de subvenções e renúncia de receitas, será exercida:

- a) pela Assembleia Legislativa, mediante controle interno, e pelo sistema de controle externo de cada Poder.
- b) pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

23. Entende-se por Auditoria Interna Governamental a atividade independente e objetiva de avaliação e de _____, estruturada para aprimorar as operações dos órgãos e das entidades da Administração Pública estadual, auxiliando-os na consecução de seus objetivos, a partir da aplicação de uma abordagem _____ e disciplinada para avaliar e melhorar a eficácia dos processos de _____, controle e governança

Marque a alternativa que preenche corretamente as lacunas.

- a) apuração – sistemática – gerenciamento de riscos
- b) consultoria – sistemática – auditoria baseada em riscos
- c) consultoria – documentada – gerenciamento de riscos
- d) consultoria – sistemática – gerenciamento de riscos
- e) apuração – documentada – auditoria baseada em riscos

24. Nos termos da LC 1.419/24, compõem o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo:

- a) a Controladoria Geral do Estado, como órgão central, e as Ouvidorias dos órgãos e entidades da Administração Pública, como unidades setoriais.
- b) a Auditoria Geral do Estado, como órgão central, e as Ouvidorias dos órgãos e entidades da Administração Pública, como unidades setoriais.
- c) a Auditoria Geral do Estado, como órgão central, e as auditorias internas da Administração Pública direta, como unidades setoriais.
- d) a Controladoria Geral do Estado, como órgão central, e as auditorias internas da Administração Pública direta, como unidades setoriais.
- e) a Controladoria Geral do Estado, como órgão central, e as auditorias internas da Administração Pública indireta, como unidades setoriais.

25. Constituem atribuições da Controladoria Geral do Estado coordenar e responder pela orientação técnica dos seguintes sistemas do Poder Executivo, EXCETO:

- a) Sistema de Controle Interno;
- b) Sistema de Defesa do Patrimônio Público;
- c) Sistema de Corregedoria;
- d) Sistema de Integridade;
- e) Sistema de Transparéncia.

26. Nos termos do Decreto 69.183/24, é competência da Auditoria Geral do Estado:

- a) incentivar e promover a disseminação de formas e ferramentas de participação do usuário na Administração Pública.
- b) verificar a regularidade dos procedimentos disciplinares em curso ou já julgados por órgãos e entidades do Poder Executivo estadual.
- c) apoiar os órgãos e entidades nas áreas de promoção da transparéncia, governo aberto, integridade pública, conduta ética e gestão de riscos.
- d) fomentar a gestão de riscos e a implementação dos controles internos administrativos no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública direta e indireta do Estado.
- e) elaborar plano anual de auditoria interna, indicando os serviços de auditoria ou consultoria a serem realizados, de acordo com os critérios de planejamento e priorização estabelecidos.

27. Avalie os itens a seguir:

- I. A primeira linha de defesa é responsável por identificar, avaliar, controlar e mitigar os riscos, guiando o desenvolvimento e a implementação de políticas e procedimentos internos destinados a garantir que as atividades sejam realizadas de acordo com as metas e objetivos da organização.
- II. As instâncias da terceira linha de defesa objetivam assegurar que as atividades realizadas pela primeira linha sejam desenvolvidas e executadas de forma apropriada.
- III. A terceira linha de defesa é representada pela atividade de auditoria interna governamental, que presta serviços de avaliação e de consultoria com base nos pressupostos de autonomia técnica e de objetividade.

Estão corretos os itens:

- a) I, apenas
- b) II, apenas
- c) I e II
- d) II e III
- e) I e III.

28. O planejamento da auditoria deve considerar as seguintes atividades, entre outras, que devem ser devidamente documentadas, EXCETO:

- a) designação do auditor responsável pela coordenação dos trabalhos.
- b) definição do objetivo e do escopo do trabalho, considerando os principais riscos existentes e a adequação e suficiência dos mecanismos de controle estabelecidos.
- c) documentação em papéis de trabalho das análises realizadas e das evidências produzidas ou coletadas.
- d) análise preliminar do objeto da auditoria.
- e) elaboração do programa de trabalho.

29. Processo que envolve um conjunto de regras, procedimentos, diretrizes, protocolos, rotinas de sistemas informatizados, conferências e trâmites de documentos e informações, entre outros, operacionalizados de forma integrada pela alta administração, pelos gestores e pelo corpo de servidores e empregados dos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, destinados a enfrentar os riscos e fornecer segurança razoável de que, na consecução da missão da entidade, os objetivos gerais serão alcançados.

O trecho acima refere-se ao conceito de:

- a) controles internos da gestão.
- b) gerenciamento de riscos.
- c) governança.
- d) serviços de avaliação.
- e) accountability.

30. Durante a execução dos trabalhos de auditoria interna, foram aplicados procedimentos para verificar a suficiência, a exatidão e a validade dos dados obtidos.

No caso em tela, pode-se dizer que foi/foram aplicado(s):

- a) procedimentos analíticos substantivos.
- b) procedimentos substantivos.
- c) testes de detalhes.
- d) vouching.
- e) rastreamento.

31. Constitui documento utilizado pela UAIG, para solicitar à Unidade Auditada, a apresentação de documentos, de informações e de esclarecimentos, podendo ser emitido antes, durante e depois do desenvolvimento dos trabalhos de campo.

O texto acima refere-se a(o)(s):

- a) Nota de Auditoria (NA).
- b) Solicitação de Auditoria (SA).
- c) Reunião de abertura.
- d) Documento de apresentação da equipe, dos objetivos e do escopo.
- e) Documento de formalização dos trabalhos e apresentação das diretrizes.

32. Durante os trabalhos de campo, o auditor interno governamental obteve, de uma fonte interna da unidade auditada, diversos registros que continham informação comprobatória de contrato celebrado com um determinado fornecedor, tais como notas fiscais, notas de empenho, notas de serviço e termos do contrato.

No caso em tela, pode-se dizer que a evidência de auditoria coletada se classifica como:

- a) física.
- b) testemunhal.
- c) analítica.
- d) documental.
- e) corroborativa.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

33. As normas constitucionais podem ser classificadas, quanto a sua aplicabilidade, como normas constitucionais de eficácia plena, eficácia contida e eficácia limitada. Sobre a norma de eficácia contida, é correto defini-la como:

- a) Norma que depende de regulamentação infraconstitucional para produzir efeitos, não sendo autoaplicável.
- b) Norma que não possui eficácia plena e imediata, necessitando de complementação legislativa para sua aplicação.
- c) Norma que possui aplicabilidade imediata e direta, mas que pode ter sua eficácia restringida por uma lei infraconstitucional.
- d) Norma que produz efeitos de forma imediata, integral e incondicionada, não podendo ser limitada por legislação infraconstitucional.
- e) Norma que possui aplicabilidade mediata, ou seja, seus efeitos dependem de um processo legislativo posterior para serem concretizados.

34. O estado do Rio Grande do Sul emendou a sua Constituição, para vedar o transporte e o depósito ou qualquer outra forma de disposição de resíduos que tenham sua origem na utilização de energia nuclear e de resíduos tóxicos ou radioativos, quando provenientes de outros estados ou países. A respeito do assunto, aponte a alternativa correta, segundo posicionamento do Supremo Tribunal Federal.

- a) A emenda é constitucional, uma vez que cabe aos estados privativamente legislar sobre meio ambiente.
- b) A emenda é constitucional, porque a competência para legislar sobre meio ambiente é concorrente, de forma que sobre o tema, a União apenas fixa as normas gerais e os estados legislam sobre as normas específicas.
- c) A emenda é inconstitucional, porque feriu a competência dos municípios para legislar sobre assunto de interesse local.
- d) A emenda é inconstitucional, porque compete privativamente à União legislar sobre contratos, indústria e comércio.
- e) É inconstitucional norma estadual que dispõe sobre a implantação de instalações industriais destinadas à produção de energia nuclear no âmbito espacial do território estadual.

35. O Supremo Tribunal Federal, ao julgar o **Tema 698 da repercussão geral**, firmou tese segundo a qual o Poder Judiciário **pode** impor ao Poder Público a implementação de políticas públicas, desde que observados determinados limites, notadamente quando a omissão estatal viola direitos fundamentais. Considerando essa orientação, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) A atuação judicial é vedada, pois a definição e a execução de políticas públicas são de competência exclusiva do Poder Executivo, em respeito ao princípio da separação dos Poderes.
- b) O Judiciário pode impor ao Estado a adoção de medidas administrativas ou orçamentárias quando houver omissão que comprometa direitos fundamentais, desde que a decisão não esgote a liberdade de conformação do administrador nem imponha escolhas técnicas específicas.
- c) A intervenção judicial somente é admissível se houver prévia edição de lei autorizando expressamente a atuação do magistrado na execução da política pública.
- d) O STF entende que a determinação judicial para cumprimento de políticas públicas só é legítima quando houver previsão de dotação orçamentária específica aprovada em lei.
- e) A intervenção judicial é automática em qualquer hipótese de inércia administrativa, dispensando demonstração de violação a direitos fundamentais.

36. Após o regular trâmite de processo judicial, com contraditório e ampla defesa, transitou em julgado a sentença penal que condenou Bruno pela prática de crime doloso, aplicando-lhe pena privativa de liberdade de dois anos, posteriormente substituída por prestação de serviços à comunidade. Enquanto cumpre a pena, Bruno pretende participar de atividades cívicas e concorrer a cargo eletivo.

À luz da Constituição Federal, assinale a alternativa correta:

- a) Bruno não sofreu restrição de seus direitos políticos, pois a substituição da pena por prestação de serviços descaracteriza a suspensão prevista no art. 15, III, da CF.
- b) Bruno sofreu suspensão de seus direitos políticos, ainda que a pena privativa de liberdade tenha sido substituída por restritiva de direitos, permanecendo a restrição enquanto durar o cumprimento da pena.
- c) Bruno não pode ajuizar ação popular, pois esta exige capacidade eleitoral ativa, a qual fica definitivamente cassada com a condenação criminal.
- d) Bruno pode se filiar e permanecer filiado a partido político, mas não pode exercer o voto nem disputar eleições durante o período de prestação de serviço.
- e) Bruno somente perderá os direitos políticos se houver expressa decisão judicial declaratória da suspensão após o início do cumprimento da pena.

37. Durante o julgamento de um processo em tribunal, o relator suscitou a inconstitucionalidade de um dispositivo legal e o órgão fracionário do tribunal, por maioria simples, afastou a aplicação da norma ao caso concreto, sem submeter a questão ao Plenário ou ao órgão especial.

À luz do sistema de controle de constitucionalidade previsto na CF/1988, é correto afirmar que o órgão julgador

- a) agiu corretamente, pois qualquer órgão judicial pode afastar a aplicação de norma inconstitucional em controle difuso, independentemente da instância.
- b) agiu incorretamente, pois mesmo no controle difuso, a declaração de inconstitucionalidade por tribunal exige o voto da maioria simples do órgão fracionário.
- c) agiu corretamente, pois a cláusula de reserva de plenário só se aplica ao controle concentrado de constitucionalidade.
- d) agiu incorretamente, pois violou a cláusula de reserva de plenário, uma vez que órgão fracionário de tribunal não pode afastar a aplicação de norma por inconstitucionalidade sem submeter a questão ao Plenário ou órgão especial.
- e) agiu corretamente, pois não houve declaração expressa de inconstitucionalidade, mas apenas o afastamento da norma ao caso concreto, o que dispensa a reserva de plenário.

38. O controle de constitucionalidade é um mecanismo importante para garantir a conformidade das normas jurídicas com a Constituição Federal. No direito constitucional brasileiro, aponte qual das alternativas descreve corretamente o controle de constitucionalidade difuso.

- a) É o controle realizado por qualquer juiz ou tribunal no julgamento de casos concretos, podendo declarar a inconstitucionalidade de uma norma e afastá-la do caso específico.
- b) É o controle exercido exclusivamente pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em ações diretas de inconstitucionalidade, com efeito vinculante para todos os órgãos do poder público.
- c) É o controle realizado somente pelo Congresso Nacional durante o processo legislativo, para verificar a compatibilidade de projetos de lei com a Constituição.
- d) É o controle que só pode ser exercido pelo Presidente da República, que pode vetar leis por inconstitucionalidade.
- e) É o controle exercido pelos Tribunais de Contas, que avaliam a conformidade das leis orçamentárias com a Constituição.

39. Com o propósito de estabelecer medidas reguladoras da economia, o Presidente da República editou medida provisória (MP) para aumentar a alíquota de Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) para compra de moeda estrangeira. A MP foi imediatamente enviada ao Congresso Nacional, com a devida justificativa de relevância e de urgência. A medida não passou por comissão e foi levada diretamente ao Plenário da Câmara dos Deputados para votação, tendo sido aprovada, sem modificação, pela metade mais um dos presentes, sendo certo que a maioria absoluta dos parlamentares estava na sessão. No Senado, foi aprovada por maioria simples em um só turno. Em seguida, o Presidente da Mesa do Congresso Nacional fez a promulgação. A respeito do caso narrado, aponte a assertiva incorreta.

- a) A medida provisória foi rejeitada pelo Senado Federal, uma vez que o quórum exigido para a sua aprovação é o de maioria absoluta.
- b) A MP deveria ter sido analisada por comissão mista antes de seguir ao Plenário da Câmara dos Deputados, motivo pelo qual o vício formal apresentado é suficiente para gerar a declaração de inconstitucionalidade da lei promulgada.
- c) No processo legislativo da medida provisória, a Casa Iniciadora deve ser necessariamente a Câmara dos Deputados.
- d) Medidas provisórias aprovadas pelo Congresso Nacional, sem modificação, não se submetem à sanção e nem veto.
- e) A nova alíquota do IOF pode ser aplicada imediatamente, uma vez que a medida provisória tem força de lei e o citado imposto não se sujeita à cláusula de anterioridade tributária.

40. O Governador de Santa Catarina ajuizou arguição de descumprimento de preceito fundamental contra Súmula do Tribunal Superior do Trabalho que assegura ao trabalhador o recebimento de férias em dobro em caso de atraso no pagamento. Segundo o chefe do Executivo estadual, o enunciado da Súmula, de modo geral e abstrato,

cria direito não previsto em lei, o que onera os cofres públicos. A respeito da situação narrada, aponte a assertiva correta, conforme redação da Lei 9882/1999 e de acordo com o posicionamento do Supremo Tribunal Federal.

- a) A Súmula do Tribunal Superior do Trabalho não poderia ser objeto da arguição de descumprimento de preceito fundamental, por não configurar ato do Poder Público, e sim mera sintetização do entendimento do Tribunal.
- b) Assim como o Governador de Santa Catarina, qualquer pessoa interessada poderia, por meio da ADPF, questionar a Súmula do Tribunal Superior do Trabalho ao Supremo Tribunal Federal.
- c) Como não há outro meio capaz de combater o enunciado da Súmula que anuncia preceito impositivo no âmbito da Justiça do Trabalho, atendido o pressuposto da subsidiariedade, cabível a arguição de descumprimento de preceito fundamental.
- d) Conquanto caiba arguição de descumprimento de preceito fundamental para atacar enunciado de Súmula, não se verifica, na situação, nenhuma violação a preceito fundamental, uma vez que a própria constituição assegura o pagamento de férias em dobro ao trabalhador na hipótese de atraso.
- e) Diferente do que se aplica à ação direta de inconstitucionalidade, não se admite medida cautelar em arguição de descumprimento de preceito fundamental.

DIREITO ADMINISTRATIVO*Herbert Almeida*

41. Em um concurso público que reserva vagas a candidatos pretos e pardos, João foi eliminado pela comissão de heteroidentificação, que concluiu que suas características fenotípicas não correspondiam às de pessoa parda. Inconformado, João ingressou com ação judicial alegando que o ato da comissão foi arbitrário e violou seu direito de defesa. À luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que:

- a) O Poder Judiciário pode rever livremente a decisão da comissão de heteroidentificação, substituindo-a na análise das provas e dos critérios utilizados.
- b) O Poder Judiciário não pode, em nenhuma hipótese, exercer controle sobre os atos de comissões de heteroidentificação, pois se trata de matéria interna de concurso público.
- c) É ilegítima a utilização, além da autodeclaração, de critérios subsidiários de heteroidentificação, por ofensa aos princípios da dignidade da pessoa humana e garantidos o contraditório e a ampla defesa.
- d) O controle judicial de atos da comissão de heteroidentificação em concursos públicos é possível para garantir o contraditório e a ampla defesa.
- e) O Poder Judiciário pode determinar a imediata nomeação do candidato eliminado, sempre que houver divergência entre a autodeclaração e a conclusão da comissão.

42. Suponha que determinado Estado da federação tenha editado uma lei estadual que conferia ao Tribunal de Contas local o poder de determinar que as controladorias-gerais do Executivo, Legislativo e Judiciário estaduais realizassem auditorias específicas, sob sua supervisão. O governador questionou a norma perante o Supremo Tribunal Federal. À luz da jurisprudência constitucional, é correto afirmar que:

- a) A norma é constitucional, pois o Tribunal de Contas exerce controle externo sobre toda a Administração Pública, podendo determinar auditorias aos órgãos internos.
- b) A norma é inconstitucional, pois viola a separação de Poderes e a autonomia dos sistemas de controle interno de cada Poder.
- c) A norma é válida apenas se houver prévia autorização do Poder Legislativo estadual.
- d) A norma é inconstitucional apenas quanto ao Poder Judiciário, que possui autonomia funcional para fiscalizar seus próprios órgãos.
- e) A norma é constitucional, pois a Constituição determina que compete ao sistema de controle interno apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

43. Acerca dos atos de improbidade administrativa e das decisões mais recentes dos Tribunais Superiores sobre o tema, assinale a opção correta:

- a) A vedação à condenação em solidariedade contida na Lei n. 8.429/1992 não é absoluta, pois somente é aplicável quando individualizáveis os desígnios dos agentes ativos do ato ilícito, mas não quando tenham, todos eles, participado em unidade de vontades no cometimento da improbidade, oportunidade em que se poderá atribuir a todos o dever de resarcir integralmente os danos causados.
- b) As disposições da Lei nº 14.230/2021 não são aplicáveis aos processos em curso para regular o procedimento da tutela provisória de indisponibilidade de bens, de modo que as medidas já deferidas não poderão ser reapreciadas para fins de adequação à atual redação dada à Lei nº 8.429/1992.
- c) É vedada a utilização conjunta das Leis nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa) e nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção) para fundamentar uma mesma ação civil, por violação ao princípio do *non bis in idem*.
- d) A cassação da aposentadoria de servidor público, como consequência da perda da função pública por ato de improbidade administrativa, não é admissível, por ausência de previsão expressa na Lei de Improbidade Administrativa.
- e) É cabível o reconhecimento da prescrição intercorrente na fase executória da ação de improbidade.

44. Determinado servidor público estadual, após completar seis anos de efetivo exercício, solicitou licença sem remuneração para tratar de assuntos particulares pelo prazo de dois anos. A Administração deferiu o pedido, mas exigiu que o servidor permanecesse em exercício até a publicação do ato concessivo. Após um ano de afastamento, o servidor solicitou o retorno antecipado ao cargo. Considerando as normas aplicáveis à licença para tratar de interesses particulares contidas na Lei nº 10.261/68, assinale a alternativa correta:

- a) O servidor não poderia retornar antes do término do período de licença, pois o afastamento é irrenunciável após a concessão.
- b) A licença poderia ter sido negada, mesmo com o cumprimento do tempo mínimo de exercício, se o afastamento fosse inconveniente ao interesse do serviço.
- c) A Administração não poderia exigir que o servidor aguardasse em exercício, pois o afastamento tem efeito imediato após o protocolo do pedido.
- d) O servidor poderia renovar a licença imediatamente após o retorno, caso houvesse interesse pessoal, sem necessidade de novo período de carência.
- e) A licença para tratar de interesses particulares poderia ser gozada por prazo superior a dois anos, uma vez que o limite legal é de três anos.

Simulado Especial CGE-SP (Auditor Estadual de Controle - Obras e Concessões) - 11/10/2025

45. Considere que, no âmbito de uma secretaria estadual, há um processo administrativo complexo que envolve simultaneamente áreas técnica, jurídica e financeira. Diante de divergências entre os setores que estão atrasando a decisão final, o secretário propôs a adoção do instituto da decisão coordenada para garantir maior celeridade. Considerando o regime jurídico aplicável (Lei nº 9.784/1999), assinale a alternativa correta:

- a) A decisão coordenada é aplicável a qualquer processo administrativo, inclusive aos de licitação e aos de natureza sancionadora, desde que haja discordância entre os órgãos envolvidos.
- b) O instituto da decisão coordenada transfere a responsabilidade integral para a instância colegiada criada, afastando a responsabilidade originária de cada órgão participante.
- c) A decisão coordenada tem por objetivo simplificar o processo administrativo mediante participação sucessiva de cada autoridade decisória, observada a hierarquia administrativa.
- d) A decisão coordenada aplica-se apenas quando houver participação de autoridades de diferentes Poderes, dada a sua natureza interinstitucional.
- e) A decisão coordenada pressupõe a atuação compartilhada e concomitante das autoridades decisórias e responsáveis pela instrução técnica e jurídica, visando eficiência e celeridade.

46. Determinado órgão firmou convênio com uma entidade privada para operacionalizar parte de um programa social. O acordo envolvia o compartilhamento de dados pessoais de beneficiários. Após denúncia de que tais informações estavam sendo utilizadas para fins comerciais pela entidade, a Autoridade Nacional iniciou apuração. Considerando as regras sobre o tratamento e o compartilhamento de dados pessoais pelo poder público, nos termos da Lei nº 13.709/2018, é correto afirmar que:

- a) O compartilhamento de dados pessoais com entidade privada é livre, desde que o poder público permaneça responsável pelo tratamento dos dados.
- b) O poder público pode transferir dados pessoais a entidades privadas para qualquer finalidade, desde que assegure a proteção da identidade dos titulares.
- c) O compartilhamento de dados pessoais pelo poder público com entidades privadas somente é permitido nas hipóteses legais específicas, como execução descentralizada de atividade pública, devendo o contrato ser comunicado à Autoridade Nacional.
- d) O convênio firmado entre órgão público e entidade privada não precisa ser informado à Autoridade Nacional, pois a supervisão das operações cabe exclusivamente ao órgão público contratante.
- e) É exigido sempre o consentimento do titular dos dados para qualquer compartilhamento entre órgãos públicos e entidades privadas, ainda que destinado à execução de políticas públicas.

47. Determinado órgão público pretende licitar uma obra de construção de ponte de médio porte. O setor técnico elaborou o projeto básico e avaliou que não seria necessária a confecção do projeto executivo, por se tratar de obra simples. À luz das regras da Lei nº 14.133/2021 e dos conceitos aplicáveis, assinale a alternativa correta:

- a) O projeto executivo pode ser dispensado em qualquer obra, a critério da Administração, desde que haja previsão orçamentária para execução.
- b) A dispensa do projeto executivo é possível apenas se o estudo técnico preliminar demonstrar a inexistência de prejuízo para aferição dos padrões de desempenho e qualidade, podendo o objeto ser especificado em termo de referência ou projeto básico.
- c) O projeto executivo é sempre obrigatório antes da licitação, inclusive nos regimes de contratação integrada e semi-integrada.
- d) O anteprojeto deve obrigatoriamente substituir o projeto básico nas licitações de obras comuns.
- e) O projeto básico e o termo de referência devem coexistir em todas as licitações de obras e serviços.

48. Sobre o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), nos termos da Lei nº 14.133/21, é correto afirmar que:

- a) O PNCP é um sistema de uso facultativo pelos entes federativos, cuja adesão depende de regulamentação própria de cada esfera de governo.
- b) O PNCP tem por finalidade exclusiva servir como base de dados para registros de contratos administrativos firmados pela União, sendo vedado seu uso pelos Estados e Municípios.
- c) O PNCP substitui integralmente os portais de transparência dos órgãos e entidades públicas, centralizando todas as informações orçamentárias e financeiras.
- d) O PNCP é o portal oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória das contratações públicas, no qual devem ser publicados editais,

avisos, resultados, contratos e outros documentos exigidos pela Lei nº 14.133/2021.

- e) O PNCP é um sistema de apoio operacional gerido pelo Tribunal de Contas da União, responsável pela gestão e fiscalização de todas as licitações e contratos no âmbito federal.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E POLÍTICAS PÚBLICAS

Stefan Fantini

49. O planejamento voltado para o longo prazo, elaborado pela alta administração e direcionado à organização como um todo, é denominado:

- a) planejamento operacional.
- b) planejamento tático.
- c) planejamento gerencial.
- d) planejamento intermediário.
- e) planejamento estratégico.

50. Os fragmentos a seguir foram extraídos do site da Controladoria Geral do Estado de São Paulo (CGE-SP).

“Fortalecer a gestão pública por meio da auditoria interna, do combate à corrupção e da disseminação de mecanismos de integridade, transparência e participação social, visando à excelência dos serviços prestados à sociedade.”

“Ser reconhecida pela sociedade e Administração Pública como referência no combate à corrupção e na promoção de uma gestão eficiente, íntegra e transparente.”

“Transparência; excelência na gestão; integridade e ética; foco no cidadão; prevalência do interesse público; inovação.”

Esses fragmentos representam, respectivamente:

- a) a visão, a missão e os valores da CGE-SP.
- b) a missão, os valores e a visão da CGE-SP.
- c) a missão, a visão e os valores da CGE-SP.
- d) a visão, os valores e a missão da CGE-SP.
- e) os valores, a visão e a missão da CGE-SP.

Simulado Especial CGE-SP (Auditor Estadual de Controle - Obras e Concessões) - 11/10/2025

51. O ciclo PDCA é amplamente utilizado na gestão da qualidade e busca promover a melhoria contínua. No momento em que a organização adota medidas para corrigir falhas identificadas e evitar que elas se repitam, está atuando na fase

- a) Plan (P).
- b) Do (D).
- c) Check (C).
- d) Act (A).
- e) Control (C).

52. Indique a alternativa que não traz uma das fases do ciclo de políticas públicas.

- a) Implementação.
- b) Prestação de contas.
- c) Construção da agenda.
- d) Formulação da política.
- e) Avaliação.

53. O governo federal criou um programa que concede computadores e acesso gratuito à internet para alunos de baixa renda matriculados em escolas públicas, custeado com recursos do orçamento da União. Essa política pública, que gera benefícios concentrados em um grupo específico e custos compartilhados por toda a sociedade, é classificada como

- a) Regulatória.
- b) Redistributiva.
- c) Distributiva.
- d) Estruturante.
- e) Gratuita.

54. Após quatro anos de execução, um programa estadual voltado à alfabetização foi encerrado. Os gestores decidiram analisar os resultados obtidos para verificar se as metas e os objetivos definidos no início foram efetivamente alcançados. Esse tipo de avaliação, realizada ao final da política pública, denomina-se

- a) Avaliação In Itinere.
- b) Avaliação Concomitante.
- c) Avaliação Ex Ante.
- d) Avaliação Ex Post.
- e) Avaliação de Processo.

**LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL DA CGE-SP E
MECANISMOS DE INTEGRIDADE**

Julian Salvador

55. Considerando a estrutura e as competências da Controladoria-Geral do Estado de São Paulo (CGE/SP), conforme a Lei Complementar nº 1.419/2024 e o Decreto nº 69.183/2024, assinale a alternativa correta.

- a) A Controladoria-Geral do Estado não pode instaurar procedimentos de responsabilização de agentes privados.
- b) O Controlador-Geral do Estado não possui competência para declarar nulidades em processos administrativos, mesmo após parecer técnico, devendo submeter tais casos ao Governador.
- c) A Subsecretaria de Integridade Pública e Privada atua apenas como unidade de assessoramento técnico, sem exercer função central de sistema no âmbito da CGE.
- d) Compete ao Controlador-Geral do Estado declarar a nulidade de processos administrativos após parecer técnico.
- e) A Ouvidoria-Geral do Estado atua exclusivamente como canal de denúncias, sem competência para decidir recursos relacionados à Lei de Acesso à Informação.

Simulado Especial CGE-SP (Auditor Estadual de Controle - Obras e Concessões) - 11/10/2025

- 56.** A respeito da estrutura e das finalidades do Sistema de Correição do Poder Executivo Estadual de São Paulo, conforme a Lei Complementar nº 1.419/2024 e o Decreto nº 69.183/2024, assinale a alternativa correta.
- a) O Sistema de Correição é centralizado nas corregedorias setoriais dos órgãos da administração direta e indireta, sem órgão central coordenador.
- b) A Controladoria Geral do Estado atua apenas como órgão auxiliar do Sistema de Correição, não possuindo competência para avocar processos disciplinares em curso.
- c) A Corregedoria Geral do Estado integra o Sistema de Ética e Responsabilização Paulista.
- d) As unidades específicas de correição possuem competência meramente consultiva, cabendo exclusivamente às chefias imediatas instaurar procedimentos disciplinares.
- e) O Sistema de Correição tem enfoque no registro formal de sanções disciplinares.
- b) aperfeiçoamento permanente para o exercício de sua função pública.
- c) compartilhamento de informação para a melhoria dos fluxos de trabalho.
- d) uso dos sistemas eletrônicos.
- e) prazo de comunicação da ocorrência de fato contrário à legislação.
- 58.** Jorge precisava agendar a realização de compromisso público, consistente em atividade geral aberta ao público, como solenidade. João corretamente explicou que, consoante o Decreto nº 68.829/2024 do Estado de São Paulo, tratava-se de um(a):
- a) Audiência.
- b) Audiência pública.
- c) Evento.
- d) Reunião.
- e) Despacho interno.

- 59.** Beatriz, Diretora de Fomento à Integridade da Controladoria Geral do Estado de São Paulo, explicou a seus subordinados as situações que configuram, ou não, conflito de interesses. Indagada por colaboradores sobre algumas situações, declarou que só não configuraria conflito de interesses real, consoante o Decreto nº 69.474/2025 do Estado de São Paulo:
- a) Fazer uso de informação privilegiada, em proveito próprio, obtida em razão do exercício de atividade particular.
- b) Manter relação de negócio, em nome de pessoa jurídica, com pessoa jurídica que tenha interesse em decisão de colegiado do qual o agente público participe.
- c) Atuar como procurador de interesses privados em sociedade de economia mista estadual.
- d) Utilizar-se do emprego para influenciar de maneira imprópria o processo decisório no desempenho da função pública.
- e) Prestar serviços em caráter eventual a empresa cuja atividade seja regulada por entidade ao qual o agente público esteja vinculado.

LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL DA CGE-SP E MECANISMOS DE INTEGRIDADE*Elder Loureido*

57. Pedro foi aprovado no concurso da CGE/SP. Em exercício, tratava as pessoas com urbanidade, era assíduo e mantinha iniciativas colaborativas e proativas, atendendo, inclusive, demandas para entrega de trabalhos fora do horário de expediente. Aperfeiçoava-se permanentemente para o exercício de sua função pública, compartilhando sempre qualquer informação para a melhoria dos fluxos de trabalho, e utilizava todos os sistemas eletrônicos para quaisquer atividades de interesse público. Quando soube de fato contrário à lei, comunicou, após três dias, a ocorrência à sua chefia. No caso, Pedro apenas cumpriu o Código de Ética quanto ao:

- a) atendimento de demandas para entrega de trabalhos.

Simulado Especial CGE-SP (Auditor Estadual de Controle - Obras e Concessões) - 11/10/2025

60. O Decreto nº 68.829/2024 do Estado de São Paulo dispõe sobre vedação, medidas de prevenção e detecção do nepotismo e responsabilização de servidores e agentes públicos na Administração Pública direta e autárquica. Inclui-se nas vedações do decreto a:

- a) Nomeação de empregado público permanente, observada a compatibilidade do grau de escolaridade do emprego de origem e a qualificação profissional do empregado.
- b) Contratação realizada anteriormente ao início do vínculo familiar entre o agente público e o contratado.
- c) Nomeação de pessoa sem vínculo efetivo com a Administração Pública para cargo em comissão de nível hierárquico mais alto que o da outra autoridade conflitante.
- d) Designação não remunerada para colegiado, desde que o membro deste represente a Administração Pública estadual.
- e) Nomeação para cargo de natureza política.

e) A trabalhabilidade deve ser aumentada ao máximo, mesmo que comprometa a relação água/cimento.

62. No dimensionamento de estruturas de concreto, as ações permanentes são consideradas para garantir segurança e desempenho. Sobre essas ações, assinale a alternativa correta:

- a) Incluem o peso próprio da estrutura, peso de elementos construtivos fixos, instalações permanentes, empuxo de terra permanentes, deformações por retração e fluência, deslocamento de apoio e imperfeições geométricas.
- b) Referem-se apenas a cargas temporárias, como vento, neve ou tráfego.
- c) São negligenciáveis em estruturas de pequeno porte, sendo consideradas apenas ações variáveis.
- d) Não incluem o efeito da retração e da fluência do concreto, pois são fenômenos de curto prazo.
- e) Devem ser consideradas apenas quando a estrutura for pré-moldada.

63. O aço CA-50 é amplamente utilizado em estruturas de concreto armado devido à combinação de resistência e ductilidade. Sobre o aço CA-50, assinale a alternativa correta:

61. Durante a execução de uma obra de concreto, é fundamental garantir que o material possua trabalhabilidade adequada para facilitar o lançamento e a compactação. Sobre o controle da trabalhabilidade do concreto, assinale a alternativa correta:

- a) O ensaio mais utilizado em obra para controle da trabalhabilidade é o Slump Test, que avalia a consistência do concreto fresco.
- b) O Slump Test mede diretamente a resistência à compressão do concreto.
- c) A trabalhabilidade não influencia a fissuração do concreto nem a durabilidade da estrutura.
- d) O Slump Test só é aplicável em concretos secos, com baixa quantidade de água.

- a) É recomendado apenas para elementos pré-moldados, devido à sua baixa resistência à tração.
- b) Possui comportamento puramente frágil, não apresentando deformação plástica significativa antes da ruptura.
- c) Sua utilização dispensa qualquer controle do cobrimento e fissuração do concreto.
- d) Não deve ser utilizado em estruturas sujeitas a esforços de flexão, sendo exclusivo para compressão.
- e) Apresenta escoamento definido e é indicado para estruturas de concreto armado por combinar resistência e boa ductilidade.

MÓDULO II**ENGENHARIA CIVIL I***Guilherme Venturim*

64. Em fundações rasas, a sapata deve ser dimensionada de acordo com a distribuição das cargas dos pilares. Quando uma sapata suporta três ou mais pilares dispostos ao longo de um mesmo alinhamento ou quando a carga transmitida é distribuída linearmente, desde que esses pilares representem menos de 70% da carga total da estrutura, esse tipo de sapata é denominado:

- a) Sapata isolada
- b) Sapata baldrame
- c) Sapata associada
- d) Sapata corrida
- e) Sapata de divisa

65. Uma estaca de concreto ou metálica é introduzida no terreno por meio de macaco hidráulico, reagindo contra uma estrutura já existente ou criada especificamente para esta finalidade. Esse tipo de estaca é denominado:

- a) Raiz
- b) Pré-moldada
- c) Mega
- d) Frank
- e) Broca

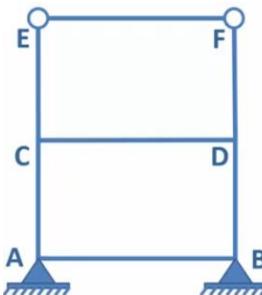
66. Um canal a céu aberto possui 12 m de profundidade e seção transversal em trapézio isósceles invertido, conforme a figura abaixo.



A base menor da seção mede 5 m e a base maior mede 12 m. Se a lâmina de água estiver com 4 m de profundidade, o raio hidráulico da seção valerá, aproximadamente:

- a) 8,16 m
- b) 2,43 m
- c) 3,12 m
- d) 0,91 m
- e) 1,85 m

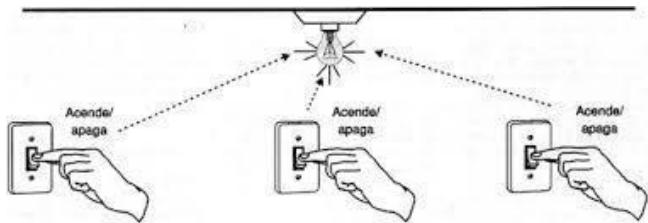
67. Analise a figura a seguir:



Sobre a estaticidade do pórtico plano ilustrado, podemos afirmar que se trata de uma estrutura:

- a) Isostática
- b) Hipostática
- c) Hiperestática, grau 3
- d) Hiperestática, grau 4
- e) Hiperestática, grau 5

68. A figura a seguir representa o esquema de ligação onde um único ponto de iluminação pode ser acionado por três interruptores distintos.



Assinale os interruptores necessários para a realização desta instalação:

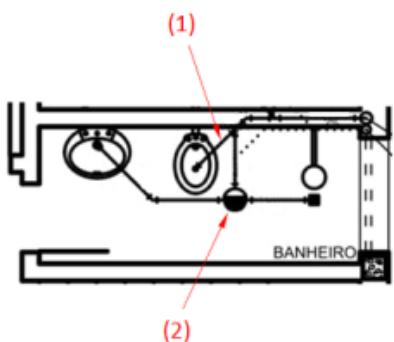
- a) 3 interruptores intermediários (four-way).
- b) 1 interruptor paralelo (three-way) e 2 intermediários (four-way).
- c) 2 interruptores paralelos (three-way) e 1 intermediário (four-way)
- d) 3 interruptores intermediários (four-way).
- e) 2 interruptores simples e 1 intermediário (four-way).

69. Um engenheiro eletricista está projetando a instalação de iluminação de uma residência composta por três ambientes retangulares: uma cozinha de $4\text{ m} \times 3\text{ m}$, uma sala de $5\text{ m} \times 6\text{ m}$ e um quarto de $3\text{ m} \times 3\text{ m}$.

Considerando as cargas mínimas estabelecidas pela NBR 5410, qual deve ser a carga total mínima de iluminação a ser prevista para a residência?

- a) 600 VA
 - b) 680 VA
 - c) 720 VA
 - d) 760 VA
 - e) 800 VA

70. A figura abaixo ilustra a instalação sanitária do banheiro de uma edificação.



Desconsiderando eventuais cálculos hidráulicos complementares, a tubulação 1 deve possuir declividade mínima de X e diâmetro mínimo Y. De acordo com a ABNT NBR 8160:1999 - Sistemas prediais de esgoto sanitário - Projeto e execução, podemos concluir que os valores de X e Y são, respectivamente:

- a) 2% e DN75
 - b) 2% e DN100
 - c) 2% e DN50
 - d) 1% e DN75
 - e) 1% e DN100

ENGENHARIA CIVIL II

Raul Suzuki

71. Em uma campanha de investigação geotécnica para projeto de edifício, devem-se observar as normas ABNT NBR 8036:1983 (programação de sondagens) e ABNT NBR 6484:2020 (SPT). Assinale a alternativa correta:

- a) As sondagens devem ser levadas até a profundidade em que o acréscimo de pressão no solo, devido às cargas estruturais, seja menor que 10% da pressão geostática efetiva.
 - b) Na ausência de disposição em planta, podem-se prever apenas duas sondagens, desde que a distância máxima entre elas não ultrapasse 50 m.
 - c) Durante o SPT, o tubo de revestimento deve permanecer, no mínimo, 50 mm acima da cota de ensaio quando da amostragem.
 - d) O índice NSPT é a soma dos golpes necessários para os primeiros 15 cm de cravação do amostrador-padrão.
 - e) Não havendo critério de paralisação definido pela contratante, a sondagem deve ser interrompida quando se obtiverem 3 m consecutivos com $N \geq 20$.

72. Durante a execução de um sistema de impermeabilização em um edifício, verificou-se que o substrato apresentava jorro de água e que a argamassa impermeável seria preparada de forma industrializada. Com base nas recomendações das normas brasileiras sobre impermeabilização, é correto afirmar que:

- a) a presença de jorro de água é aceitável, desde que a argamassa impermeável seja aplicada imediatamente após sua preparação.
 - b) o substrato deve estar úmido, porém isento de jorro de água, sendo o tamponamento realizado com cimento e aditivo de pega rápida.
 - c) a argamassa impermeável com aditivo hidrófugo pode ser industrializada, desde que tenha traço especificado pelo fabricante.
 - d) o substrato deve estar seco e receber camada de imprimação antes da aplicação da argamassa impermeável.
 - e) a cura úmida da argamassa impermeável deve ser de, no mínimo, sete dias.

73. Durante a caracterização de um solo coletado em campo, constatou-se que ele apresenta partículas extremamente pequenas, capazes de se dispor em arcos durante a sedimentação, formando novos arcos entre si. Segundo a classificação estrutural dos solos, esse tipo de estrutura é denominada:

- a) estrutura em esqueleto.
- b) estrutura alveolar (ou em favo de abelha).
- c) estrutura floculenta.
- d) estrutura granular simples.
- e) estrutura compacta.

74. Durante uma vistoria técnica, observou-se em um pilar de concreto armado o surgimento de manchas esbranquiçadas na superfície, especialmente nas regiões de maior exposição à chuva, além de pequenas formações semelhantes a stalactites em superfícies horizontais. Considerando as definições normativas e teóricas de patologias das construções, o fenômeno descrito caracteriza-se por:

- a) Desagregação, decorrente de ataque químico e ruptura do concreto.
- b) Eflorescência, causada pela migração e deposição de sais solúveis.
- c) Despassivação por carbonatação, proveniente da ação do gás carbônico atmosférico.
- d) Reação álcali-agregado, provocada pela interação entre álcalis e agregados reativos.
- e) Reação álcali-cloreto, resultante do carreamento de compostos hidratados pela água pura.

75. Durante uma inspeção em um canteiro de obras, observou-se que parte do estoque de cimento apresentava sacos rasgados e sinais de umidade, enquanto outro lote estava armazenado há mais de 100 dias. Segundo as normas brasileiras e os princípios de controle de qualidade de materiais, o procedimento correto é:

- a) Reaproveitar o cimento peneirando-o, desde que ainda dentro do prazo de validade impresso.
- b) Utilizar o cimento após secagem ao sol, se o endurecimento não tiver ocorrido.
- c) Rejeitar o cimento contaminado ou armazenado há mais de 90 dias sem reensaio.
- d) Misturar o cimento antigo com o novo, em proporção de até 20%, para evitar desperdício.
- e) Aplicar o cimento em argamassas de assentamento, já que a perda de resistência é pequena.

ENGENHARIA CIVIL III

Leonardo Hotta

76. Durante uma investigação geotécnica, foi coletada uma amostra de solo argiloso para determinação dos índices de consistência e da umidade natural. Os seguintes dados foram obtidos em laboratório:

Peso da cápsula vazia: 12,0 g

Peso da cápsula + solo úmido: 42,0 g

Peso da cápsula + solo seco: 36,0 g

Sabendo que o Limite de Liquidez é de 40%, o Índice de Plasticidade é de 25% e Limite de Contração é 8%, e com base nos dados fornecidos, assinale a alternativa correta:

- a) A umidade natural da amostra é de 20% e encontra-se no estado plástico.
- b) A umidade natural da amostra é de 25% e encontra-se no estado líquido.
- c) A umidade natural da amostra é de 33,3% e encontra-se no estado semi-sólido.
- d) A umidade natural da amostra é de 20% e encontra-se no estado líquido.
- e) A umidade natural da amostra é de 25% e encontra-se no estado plástico.

77. Em um projeto de terraplenagem, é necessário estimar corretamente os volumes envolvidos na movimentação de terra. Considerando os conceitos de escavação, transporte e compactação, analise as afirmativas abaixo:

- I. O volume medido no campo, após a escavação de um solo, é sempre maior que o volume original no corte ou jazida, devido ao empolamento.
- II. O fator de empolamento representa a relação entre o volume do solo escavado e o volume do solo compactado.
- III. O volume compactado é sempre menor que o volume escavado, pois ocorre perda de material durante o transporte.
- IV. O fator de redução é utilizado para estimar o volume final após a compactação do solo transportado.

Com base nos conceitos de movimentação de solo, assinale a alternativa correta:

- a) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- b) Apenas as afirmativas I e IV estão corretas.
- c) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- d) Apenas as afirmativas I, II e IV estão corretas.
- e) Todas as afirmativas estão corretas.

78. O pavimento flexível é o tipo de pavimento mais utilizado no Brasil. Trata-se de uma estrutura de múltiplas camadas, cada qual cumpre finalidade específica. Sobre pavimento flexível, assinale a alternativa correta:

- a) O revestimento é a camada superficial do pavimento, sendo responsável por resistir às ações do tráfego e permitir a infiltração de água para colchão drenante, também conhecido como base.
- b) A base é a camada estrutural que distribui os esforços do tráfego para as camadas inferiores e deve ser executada com materiais cimentados para maior resistência.

c) O reforço de subleito é a camada mais profunda do pavimento e de menor resistência, porém com capacidade de suporte superior ao subleito.

d) A sub-base é uma camada intermediária entre a base e o subleito, utilizada para melhorar a capacidade de suporte do pavimento, sendo obrigatória em todos os projetos.

e) O subleito corresponde ao solo natural ou melhorado, que serve de apoio para as demais camadas e deve apresentar valor de ISC (CBR) maior ou igual a 4%.

79. Em relação aos defeitos que podem ocorrer em pavimentos flexíveis, assinale a alternativa correta:

- a) Exsudação é caracterizada pelo afloramento do ligante asfáltico na superfície, podendo deixar o pavimento escorregadio
- b) Trincas em bloco são causadas exclusivamente por sobrecarga de tráfego e indicam falha estrutural profunda.
- c) Afundamentos plásticos ocorrem quando há perda de aderência entre o revestimento e a base, geralmente em regiões de frenagem.
- d) Panelas (buracos) são defeitos superficiais que indicam excesso de compactação na camada de base.
- e) Trincas longitudinais são sempre causadas por retração térmica do ligante asfáltico e não afetam o desempenho estrutural do pavimento.

80. No contexto do Sistema de Custos Referenciais de Obras (SICRO), utilizado para estimativas de custos em obras públicas, a produtividade é um parâmetro essencial para a composição de custos unitários. Sobre esse conceito, assinale a alternativa correta:

- a) A escavadeira hidráulica é utilizada exclusivamente para o transporte de materiais soltos, como areia e brita, sendo inadequada para escavações em terrenos compactados.
- b) A produtividade no SICRO é definida como o custo total de mão de obra por metro cúbico de serviço executado.
- c) A produtividade no SICRO é um valor fixo para cada serviço, não sendo influenciado por condições locais ou características da obra.
- d) A produtividade no SICRO é calculada com base no número de equipamentos necessários, independentemente do tipo de serviço que cada uma executa.
- e) A produtividade no SICRO corresponde à quantidade de serviço que um conjunto de recursos (equipamentos e mão de obra) é capaz de executar por unidade de tempo.

82. Um município licitou a pavimentação de vias urbanas, prevendo quantidades estimadas de escavação, terraplanagem e aplicação de asfalto. O contratado será remunerado conforme os quantitativos efetivamente executados. O regime de execução é:

- a) Empreitada global.
- b) Empreitada integral.
- c) Empreitada por preço unitário.
- d) Contratação integrada.
- e) Fornecimento e prestação de serviço associado.

83. Em um orçamento de obra pública, o acréscimo que transforma o custo direto em preço final, englobando tributos, administração central e lucro, denomina-se:

- a) Encargos Sociais
- b) CUB
- c) SINAPI
- d) BDI
- e) Composição Unitária

OBRAS E CONCESSÕES

Guilherme Venturim

81. O município de Alfa pretende construir uma escola de tempo integral. Na fase inicial, a Administração elaborou um documento que caracterizou o interesse público da contratação, avaliou alternativas de solução e embasou a futura elaboração do projeto básico. Esse documento, segundo a Lei nº 14.133/2021, denomina-se:

- a) Projeto Executivo.
- b) Projeto Preliminar.
- c) Estudo Técnico Preliminar.
- d) Anteprojeto.
- e) Termo de Referência.

84. O Tribunal de Contas da União (TCU), em suas deliberações sobre a orçamentação de obras públicas, reconhece que a aplicação do BDI (Bonificação e Despesas Indiretas) deve refletir adequadamente os custos indiretos e a remuneração da contratada. Contudo, em situações específicas, admite-se a utilização de BDI reduzido para evitar sobrepreço e assegurar a economicidade do contrato.

Nessa perspectiva, assinale a alternativa que corresponde a um caso em que o TCU admite a aplicação de BDI reduzido:

- a) Para toda a mão de obra direta empregada no canteiro de obras.
- b) Apenas nos materiais de consumo imediato, como insumos de uso corrente na execução.
- c) Em equipamentos adquiridos diretamente do fabricante, configurando mera intermediação da contratada.
- d) Para serviços especializados que demandem execução direta pela empresa contratada.
- e) Para composições de custos constantes da base do SINAPI.

85. A Lei nº 14.133/2021 estabelece que, durante a execução contratual, a contratada deve manter representante habilitado junto à Administração Pública, em especial no local da obra ou serviço, sempre que necessário, para acompanhar a execução e responder formalmente pelos atos da empresa. Esse representante é denominado:

- a) Fiscal
- b) Gestor
- c) Gerente
- d) Engenheiro Residente
- e) Preposto

86. Durante a preparação e a execução de um contrato de obra pública, a autoridade máxima do órgão designou os agentes responsáveis pela elaboração do procedimento, pela condução da licitação e pela fiscalização da execução contratual.

Considerando o princípio da segregação de funções, assinale a alternativa correta:

- a) É vedada a designação do mesmo agente público para atuação simultânea em funções mais suscetíveis a riscos, de modo a reduzir a possibilidade de ocultação de erros e ocorrência de fraudes.
- b) É obrigatório que o fiscal do contrato seja, em todos os casos, um servidor com formação específica em engenharia, independentemente do objeto contratual.
- c) O representante da contratada é vedado de acompanhar a execução do contrato no canteiro de obras, por representar interesses privados.
- d) A Administração fica impedida de contratar terceiros ou de solicitar apoio técnico para auxiliar o fiscal do contrato.
- e) A Lei veda o pagamento do contrato por medições mensais, exigindo pagamento único somente ao término da obra.

87. Durante a execução de um contrato de construção de escola municipal, o fiscal da obra solicitou à construtora que mantivesse atualizado o Livro de Ordem. Esse instrumento tem a finalidade principal de:

- a) Registrar as medições mensais aprovadas pela Administração, servindo como base para pagamentos.
- b) Substituir a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do engenheiro responsável pela obra.
- c) Documentar, de forma cronológica, os acontecimentos relevantes da obra, bem como as ordens da fiscalização.
- d) Servir apenas para anotações de acidentes de trabalho e ocorrências relacionadas à segurança.
- e) Ser utilizado como relatório final da obra, dispensando a necessidade de relatórios intermediários.

Simulado Especial CGE-SP (Auditor Estadual de Controle - Obras e Concessões) - 11/10/2025

88. A Resolução Conama nº 307/2002 institui diretrizes e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil, estabelecendo a classificação em grupos conforme a possibilidade de reutilização, reciclagem ou necessidade de disposição diferenciada.

Considerando essa normativa, assinale a alternativa correta:

- a) Os resíduos de concreto, argamassa e tijolos integram a Classe B, pois não podem ser reciclados e devem ser destinados a aterros de resíduos inertes.
- b) Os resíduos de papel, plástico, metais, vidros e madeiras são classificados como Classe B, sendo passíveis de reciclagem.
- c) Os resíduos perigosos, como tintas, solventes, óleos e amianto, são enquadrados na Classe C, exigindo disposição em aterros de resíduos classe II.
- d) Os resíduos que não possuem tecnologia ou aplicação economicamente viável para reciclagem ou recuperação são enquadrados na Classe D.
- e) A Resolução Conama nº 307/2002 proíbe a elaboração de Planos de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC) por parte dos municípios, atribuindo essa função exclusivamente às empresas contratadas.

89. De acordo com o art. 140, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, o recebimento do objeto de contratos de obras e serviços de engenharia deve seguir etapas distintas, com o objetivo de garantir o cumprimento das exigências contratuais e técnicas.

Assinale a alternativa correta:

- a) O recebimento provisório é realizado pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, mediante termo detalhado, após verificação do cumprimento das exigências técnicas.
- b) O recebimento definitivo pode ser realizado por qualquer servidor designado, independentemente

de termo detalhado ou comprovação do atendimento das exigências contratuais.

- c) O recebimento provisório é facultativo e pode ser dispensado a critério da Administração.
- d) O recebimento definitivo ocorre pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, servindo para comprovar o atendimento das exigências contratuais.

e) O recebimento provisório e definitivo devem ser emitidos obrigatoriamente no prazo de 90 dias após a conclusão da obra.

90. De acordo com a ABNT NBR 15.575, o projeto básico de uma edificação deve garantir que cada sistema tenha uma vida útil de projeto (VUP) mínima compatível com sua função e exigências normativas. Considerando essas diretrizes, assinale a alternativa correta:

- a) A cobertura deve ser projetada para ter uma vida útil mínima de 15 anos, podendo ser inferior à vedação vertical interna.
- b) O sistema estrutural deve ter durabilidade mínima de 50 anos, sendo o sistema com maior VUP da edificação.
- c) Pisos internos e vedação vertical interna têm VUP mínima igual, devendo ambos garantir 20 anos de durabilidade.
- d) O sistema hidrossanitário deve ter VUP inferior à vedação vertical externa, pois não compromete a estabilidade estrutural da edificação.
- e) A NBR 15.575 não estabelece valores mínimos de durabilidade; caberá exclusivamente ao projetista definir a vida útil dos sistemas.

91. O município de Alphaville planeja construir um viaduto e corredor de ônibus em área urbana para melhorar a mobilidade urbana. Para tanto, identificou um terreno particular necessário à obra.

Considerando o caso apresentado, assinale a alternativa correta:

- a) O município poderá executar a obra imediatamente, sem indenizar o proprietário, por se tratar de utilidade pública.
- b) A desapropriação configura-se por interesse público, sendo obrigatória a prévia e justa indenização em dinheiro, precedida de decreto declarando a utilidade pública.
- c) A desapropriação neste caso se enquadra como sanção por descumprimento da função social da propriedade, dispensando decreto do Poder Executivo.
- d) O proprietário não tem direito à indenização porque se trata de obra pública destinada à mobilidade urbana.
- e) A desapropriação deve ser realizada apenas por meio de leilão público do imóvel, sem necessidade de decreto declaratório.

92. Uma construtora planeja a execução de um parque eólico em uma região rural, incluindo a instalação de torres e subestações elétricas, e sabe que o empreendimento poderá causar impactos ambientais significativos, como alteração da fauna local e modificação da cobertura vegetal.

Considerando que toda obra que possa gerar impacto ambiental deve ser licenciada pelo órgão ambiental competente, assinale a alternativa correspondente à primeira licença ambiental a ser requerida ainda na fase de planejamento do empreendimento:

- a) Licença de operação
- b) Licença prévia
- c) Licença de instalação
- d) Licença de supressão de vegetação
- e) Licença de monitoramento ambiental

93. Para construção de um parque eólico com significativo impacto na fauna local e na cobertura vegetal, o órgão ambiental pode exigir:

- a) Apenas Licença Prévia, dispensando estudos ambientais.
- b) Licença de Instalação sem análise de impactos.
- c) Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e Relatório de Impacto Ambiental (RIMA).
- d) Monitoramento ambiental contínuo após a obra, sem licenciamento.
- e) Autorização municipal como única exigência.

94. A Lei nº 14.133/21 incentiva o uso de tecnologias modernas para execução de obras e serviços de engenharia, incluindo a Modelagem da Informação da Construção (BIM). Assinale a alternativa que apresenta a melhor definição para o BIM:

- a) Software proprietário recomendado para utilização pelos órgãos públicos.
- b) Conjunto de tecnologias e processos integrados que permite a criação, utilização e atualização de modelos digitais colaborativos durante todo o ciclo de vida da construção.
- c) Representação gráfica tridimensional da obra.
- d) Sistema de fiscalização e medição de obras de engenharia.
- e) Padrão obrigatório para gestão financeira das obras públicas.

Simulado Especial CGE-SP (Auditor Estadual de Controle - Obras e Concessões) - 11/10/2025

95. Uma empresa de engenharia está planejando a construção de um viaduto. Para organizar as atividades, prazos e dependências do projeto, o gerente decidiu utilizar uma rede PERT/CPM.

Sobre essa ferramenta de planejamento e controle de projetos, assinale a alternativa correta:

- a) A rede PERT/CPM é utilizada para estimar os custos da obra, sem relação com prazos.
- b) O caminho crítico (CPM) indica a maior sequência de atividades que determina a duração mínima total do projeto.
- c) A metodologia PERT/CPM não considera a relação de precedência entre atividades.
- d) A rede PERT é aplicada somente em obras públicas de grande porte, não sendo útil para obras privadas.
- e) A utilização do PERT/CPM elimina a necessidade de cronogramas físico-financeiros.

AUDITORIA GOVERNAMENTAL E CONTROLE INTERNO

Tonyvan Carvalho

96. A Constituição do Estado de São Paulo estabelece que o Sistema de Controle Interno (SCI) tem por finalidade, entre outras, avaliar o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos do Estado, bem como os resultados da gestão nos órgãos e entidades da Administração Estadual. De acordo com o Referencial Técnico da CGE/SP (2023) e a Constituição Estadual de 1989, é correto afirmar que:

- a) o SCI atua apenas como instância consultiva do controle externo, sem competência própria de avaliação ou fiscalização.
- b) a função central do SCI é assessorar os órgãos de governo na emissão de pareceres jurídicos sobre execução orçamentária.

c) o SCI constitui mecanismo de controle administrativo interno de cada Poder, devendo atuar em apoio ao controle externo e à governança pública.

d) o SCI é órgão auxiliar do Tribunal de Contas do Estado, subordinando-se hierarquicamente a ele.

e) a CGE é a única responsável pela execução de auditorias em toda a Administração Pública Estadual, inclusive nos Poderes Legislativo e Judiciário.

97. De acordo com o Referencial Técnico da CGE-SP (2023), a estrutura de controles internos das organizações públicas do Executivo Estadual baseia-se no modelo das três linhas de defesa. Nesse modelo, é correto afirmar que:

- a) a primeira linha de defesa é exercida pelos auditores internos governamentais das UAIG.
- b) a segunda linha de defesa atua como instância de assessoria e supervisão das atividades de controle realizadas pela primeira linha.
- c) a terceira linha de defesa é responsável pela execução das políticas públicas e dos programas de governo.
- d) as linhas de defesa atuam de forma subordinada ao Tribunal de Contas do Estado.
- e) as Assessorias Especiais de Controle Interno (AECI) integram a primeira linha de defesa.

Simulado Especial CGE-SP (Auditor Estadual de Controle - Obras e Concessões) - 11/10/2025

98. Segundo o Manual de Orientações Técnicas (MOT 2023) da CGE-SP, a independência e a objetividade são pressupostos essenciais para o exercício da auditoria interna governamental. Assinale a alternativa que melhor representa a diferença entre esses conceitos:

- a) A independência refere-se à postura mental do auditor, enquanto a objetividade é um atributo institucional da UAIG.
- b) A independência diz respeito à UAIG como função institucional; a objetividade, à atitude pessoal do auditor no desempenho de suas atividades.
- c) Ambas se referem exclusivamente à postura ética do auditor, sem relação com estrutura organizacional.
- d) A objetividade é inerente à UAIG, enquanto a independência depende da aprovação prévia do gestor auditado.
- e) Os dois conceitos são sinônimos e podem ser utilizados indistintamente nas normas de auditoria.

99. De acordo com o Referencial Técnico da CGE-SP (2023) e a LC 1.419/2024, a atividade de auditoria interna governamental no Poder Executivo Estadual tem por finalidade:

- a) executar diretamente as políticas públicas de governo.
- b) emitir pareceres jurídicos vinculantes sobre atos administrativos.
- c) aumentar e proteger o valor organizacional das instituições públicas, fornecendo avaliação, assessoria e aconselhamento baseados em risco.
- d) atuar como órgão disciplinar para apuração de infrações funcionais.
- e) controlar a execução orçamentária exclusivamente por meio de auditoria financeira.

100. Nos termos do Decreto nº 69.183/2024, que regulamenta a LC 1.419/2024, a Controladoria Geral do Estado (CGE) é órgão central do Sistema de Controle Interno e possui, entre outras, a competência de:

- a) julgar as contas dos gestores estaduais e aplicar sanções administrativas.
- b) exercer funções de assessoria jurídica e contenciosa ao Poder Executivo.
- c) expedir orientações técnicas e normativas às UAIG, promovendo a harmonização e a qualidade dos trabalhos de auditoria.
- d) executar as atividades operacionais das secretarias de estado.
- e) submeter-se hierarquicamente a cada órgão da Administração Indireta para validação de auditorias.

101. Segundo o Manual de Orientações Técnicas (2023), os serviços de consultoria prestados pelas UAIG:

- a) substituem os trabalhos de avaliação quando o gestor solicitar análise pontual.
- b) podem ser executados a pedido da Unidade Auditada, sem comprometer a autonomia técnica ou a objetividade do auditor.
- c) devem sempre resultar em parecer conclusivo sobre a regularidade dos atos administrativos.
- d) limitam-se a ações de capacitação e treinamento, sem envolvimento com a gestão de riscos.
- e) têm caráter vinculante e obrigam a administração a implementar as recomendações emitidas.

Simulado Especial CGE-SP (Auditor Estadual de Controle - Obras e Concessões) - 11/10/2025

102. Conforme as normas da CGE/SP e as melhores práticas de auditoria governamental, o Plano Anual de Auditoria Interna deve ser:

- a) fundamentado na ordem cronológica de demandas recebidas dos órgãos auditados.
- b) baseado em risco, considerando os objetivos estratégicos, metas e prioridades da unidade auditada.
- c) restrito a auditorias financeiras de demonstrações contábeis.
- d) aprovado exclusivamente pela Unidade Auditada.
- e) revisado somente ao final de cada mandato governamental.

103. De acordo com o Referencial Técnico da CGE/SP (2023), a auditoria interna governamental deve:

- a) emitir parecer conclusivo sobre todos os atos administrativos praticados pelos gestores.
- b) buscar agregar valor e melhorar as operações públicas, avaliando e aperfeiçoando os processos de governança, gestão de riscos e controles internos.
- c) executar as ações operacionais dos órgãos auditados.
- d) substituir o controle externo nas avaliações contábeis e orçamentárias.
- e) atuar apenas como órgão correcional, apurando irregularidades funcionais.

104. Conforme o Decreto nº 69.183/2024 e o Referencial Técnico CGE (2023), integram o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Estadual:

- a) apenas a CGE e as secretarias de governo.
- b) a CGE e as Auditorias Internas Singulares (Audin) das entidades da administração indireta.
- c) o Tribunal de Contas do Estado e o Ministério Público de Contas.
- d) as Assessorias Especiais de Controle Interno (AECI) como órgãos centrais.
- e) apenas as UAIG vinculadas à Secretaria da Fazenda.

105. Segundo o modelo adotado pela CGE/SP (Referencial Técnico, 2023), a terceira linha de defesa é caracterizada por:

- a) supervisão das atividades da primeira linha e apoio ao gerenciamento de riscos.
- b) execução dos controles operacionais básicos.
- c) atuação da auditoria interna governamental com autonomia técnica e objetividade.
- d) coordenação das atividades de conformidade e de qualidade da gestão.
- e) análise de assuntos jurídicos e disciplinários de servidores.

106. De acordo com o MOT (2023), o planejamento de um trabalho individual de avaliação deve:

- a) ser executado apenas após a fase de comunicação dos resultados.
- b) restringir-se a auditorias financeiras e contábeis.
- c) identificar riscos e controles relevantes para definir o escopo e os testes de auditoria.
- d) depender de autorização prévia da Unidade Auditada.
- e) prescindir de levantamentos preliminares.

107. Com base no MOT (2023), as evidências de auditoria devem ser:

- a) quantitativas e matematicamente comprovadas.
- b) suficientes, confiáveis, relevantes e úteis para sustentar os achados.
- c) produzidas exclusivamente por meios documentais.
- d) obtidas apenas de fontes internas da Unidade Auditada.
- e) dispensáveis em casos de opinião favorável do gestor.

108. Segundo o MOT (2023), a principal diferença entre serviços de consultoria e de avaliação na auditoria interna governamental é que:

- a) a consultoria implica em parecer vinculante; a avaliação não.
- b) a avaliação resulta em opiniões independentes sobre objetos de auditoria; a consultoria atua mediante solicitação do gestor para orientar e melhorar a gestão.
- c) a consultoria é restrita à verificação contábil.
- d) ambas têm a mesma finalidade e procedimentos.
- e) a avaliação depende de autorização da CGE.

109. No âmbito da CGE/SP, após a execução do trabalho de auditoria, a comunicação dos resultados deve:

- a) restringir-se aos relatórios internos da UAIG.
- b) ser enviada apenas ao gestor da unidade auditada.
- c) ser divulgada na internet, observado o princípio da publicidade e as restrições legais.
- d) depender de autorização do controle externo.
- e) ocorrer somente em caso de constatação de fraude.

110. O processo de monitoramento dos trabalhos de auditoria tem como finalidade:

- a) reabrir o trabalho para nova avaliação completa.
- b) garantir a efetividade das recomendações emitidas e medir os benefícios decorrentes da auditoria.
- c) substituir as atividades de controle interno.
- d) elaborar novo plano de auditoria sem considerar os achados anteriores.
- e) encerrar formalmente a atividade sem verificar a implementação das recomendações..

AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Elisabete Moreira

111. A avaliação das políticas públicas deve começar no nascedouro, por meio da análise *ex ante*, a fim de verificar, fundamentalmente, se respondem a um problema bem delimitado e pertinente e se propõe um desenho que efetivamente possa ser alcançado, ou seja, é necessário que as políticas públicas contem com a análise *ex ante* para que os recursos públicos e o bem-estar da sociedade sejam otimizados.

Acerca do tema, aponte a alternativa correta.

- a) Na análise ex-ante é necessário o preenchimento de um checklist que aborde somente as etapas do diagnóstico do problema e a identificação dos objetivos, das ações e dos resultados desejados.
- b) A validação das causas principais pode ser desenvolvida com a elaboração de uma árvore de problema, que deve conter o problema central, as causas potenciais e os objetivos a serem alcançados.
- c) A relevância do problema deve estar alinhada com as metas e os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, mesmo que não tenha havido o comprometimento com estes.
- d) O desenho da política não requer legitimidade social, não obstante ser necessário a comprovação de sua efetividade e eficiência naquele momento.
- e) O desenho da política pública envolve a definição dos atores e do arranjo institucional que compreende o estabelecimento de deveres e atribuições, com diferentes níveis de responsabilidades no processo de decisão e implantação da política.

112. Em um contexto de recursos escassos e restrições orçamentárias, é importante orientar a decisão acerca de políticas públicas para que ela recaia sobre a alternativa mais efetiva, eficaz e eficiente, promovendo um desenho adequado e o apoio oficial à sua implantação. Nesse sentido, aponte a alternativa correta.

- a) É na etapa do desenho da política que se deve utilizar a matriz SWOT, visando prever os insumos, processos, produtos, resultados e impactos.
- b) Não existe impacto efetivo nem resultados palpáveis para políticas sem objetivos claros e sem uma teoria do programa.
- c) No século XX, acreditou-se, nos Estados Unidos, que a proibição absoluta da produção e do consumo do álcool levaria à redução drástica da criminalidade. O que se viu na prática foi exatamente o contrário, o que comprova a utilização da teoria do programa.
- d) Antes da fase de definição da teoria do programa, é importante que se produza um modelo lógico de programa.
- e) Na produção do modelo lógico deve-se construir somente um indicador para cada resultado pretendido, de modo a ter clareza e objetividade.

113. Dificilmente as políticas se comportam, na prática, conforme um ciclo linear, em fases sucessivas. Essas fases, ao contrário, existem na forma de circuitos paralelos, intercorrentes, ou seja, em atividades simultâneas, mas nem sempre coincidentes. Em seus diferentes circuitos, as políticas comumente apresentam também curtos-circuitos, “atropelos”. Ou seja, constantemente, há reformulação da agenda, decisões que aprofundam ou revogam decisões anteriores e avaliações antecipadas que interferem na implementação, de forma positiva ou negativa. Nesse sentido, analise as alternativas a seguir.

- I. A análise do modelo lógico permite a identificação de falhas lógicas na concepção da intervenção e na

definição ou aperfeiçoamento de medidas de desempenho.

II. O monitoramento é condição necessária à avaliação e serve como bússola para correções de rumo.

III. O modelo lógico é composto por insumos, atividades, resultados e impactos.

Está correto o que consta APENAS em

- a) I, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, II e III.

114. Indicadores são dados que possibilitam acompanhar o andamento e medir o cumprimento dos objetivos de uma política. Eles se referem à quantidade, à qualidade, ao cronograma e aos custos observados comparativamente. Acerca dos indicadores, aponte a alternativa correta.

- a) No modelo SMART, utilizado no processo de escolha de indicadores, a relevância refere-se a medidas qualitativas e quantitativas mensuráveis, possibilitando aferir se os resultados propostos foram alcançados ou não.
- b) As avaliações formativas são realizadas quando a política ainda não teve tempo suficiente para gerar resultados.
- c) Atualmente, considera-se que a melhor estratégia de avaliação é a que se vale de métodos quantitativos que permitam uma análise tanto longitudinal quanto em profundidade da política.
- d) A entrega de produtos e dos resultados de curto prazo e médio prazo não comprometem os impactos duradouros da política.
- e) A causalidade entre os componentes de uma intervenção pode ser constatada simplesmente olhando-se para a diferença entre os valores dos indicadores pré e pós-intervenção.

Simulado Especial CGE-SP (Auditor Estadual de Controle - Obras e Concessões) - 11/10/2025

115. Com relação aos indicadores de produtos, resultados e impactos e aos critérios de avaliação no âmbito da intervenção de uma política pública, analise as alternativas a seguir.

- I. No âmbito de processos, encontram-se os indicadores de insumos e atividades, por meio dos quais pode-se acompanhar a execução do programa, verificar sua aderência ao planejamento e seu desempenho, a exemplo da medição da quantidade de estruturas físicas implantadas e número de beneficiários atendidos.
- II. Indicadores de produtos estão relacionados às entregas diretas da política, que devem ser sempre quantificáveis, a exemplo dos custos ou quantidade de inscritos em uma política.
- III. Indicadores de resultados quantificam as mudanças ocorridas na realidade do público-alvo de um programa, a exemplo de alterações da renda e do desempenho dos alunos.

Está correto o que consta APENAS em

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) III, apenas.
- d) I e II, apenas.
- e) I, II e III.

116. Ao realizar o desenho da criação de uma política voltada à proposta de melhoria habitacional, que envolve a construção de conjuntos de apartamentos financiados pelo governo, foram construídos indicadores relacionados a insumos, atividades, produtos, resultados e impactos. Aponte a alternativa correta que apresenta exemplo de indicadores de produtos.

- a) Número e resultado das reuniões realizadas para a elaboração do programa.
- b) Número de vistorias prévias realizadas nos imóveis.
- c) Quantidade de processos envolvidos para a seleção das famílias.

d) Número de vendas realizadas com o Cartão Reforma.

e) Número de servidores do Ministério na execução do programa.

117. O processo integrado de avaliação de políticas públicas consiste no uso de metodologias e ferramentas analíticas que fundamentam a tomada de decisão dos gestores públicos em prol do aprimoramento das políticas em execução. Acerca da avaliação das políticas públicas, analise as assertivas.

- I. A avaliação somativa, no âmbito da avaliação de processos, serve medir a implementação ou o aperfeiçoamento da política.
- II. As avaliações de políticas públicas devem ser executadas em caráter permanente e integradas ao ciclo de políticas públicas.
- III. A abordagem de avaliação executiva permite, como parte de entrada para outras avaliações, identificar em qual elemento ou em qual processo da cadeia de valor há maior chance de ocorrerem aprimoramentos.

Está correto o que consta APENAS em

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) III, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, II e III.

118. A teoria do programa é um resumo narrativo que expressa de forma objetiva como a política incide sobre as causas do problema, projetando seus resultados e impactos ao longo do tempo. Envolve a especificação de como e por que uma política pode causar determinado desdobramento, investigando as relações causais entre os estágios envolvidos e explicitando como se espera atingir os objetivos da política, materializados nos resultados e nos impactos. Levando-se em consideração a avaliação de políticas públicas, aponte a alternativa correta.

- a) A avaliação qualitativa apresenta a facilidade de sintetização e generalização das informações.
- b) A avaliação quantitativa permite obter uma análise da política em contexto, de forma exploratória.
- c) Uma das vantagens da análise quantitativa está na facilidade de analisar, comparar e sumariar os dados, de modo a fornecer uma análise sintética das informações de grande número de pessoas.
- d) As informações coletadas por meio de entrevistas, estudos de caso ou observação direta dos participantes contribuem para analisar o comportamento e o contexto social dos atores, resultando numa análise quantitativa.
- e) A abordagem qualitativa estabelece conclusões gerais mensuráveis além de fornecer o contexto detalhado da intervenção.

119. A avaliação é uma política pública que comprehende a definição de critérios, indicadores e padrões utilizados para fundamentar entendimentos valorativos da realidade e abastecer o avaliador de parâmetros para julgar. Com relação aos critérios de avaliação, a assinale (V) para a afirmativa verdadeira e (F) para a falsa.

- () Eficácia corresponde aos resultados sociais (outcomes) relacionados à redução do problema e a geração de valor para a população.
- () Eficiência administrativa trata da relação entre produtividade (outputs) e recursos utilizados (inputs).

() Equidade verifica a homogeneidade de distribuição de benefícios ou punições, levando-se em conta as características da partida.

As afirmativas são, respectivamente,

- a) F, V e F.
- b) F, V e V.
- c) V, F e F.
- d) V, V e F.
- e) F, F e V.

120. A avaliação das políticas públicas se tornou uma etapa institucionalizada no ciclo das políticas públicas, com distinção entre avaliação ex ante, ex post e in intinere. No caso da avaliação ex post , o processo permite

- a) A elaboração coletiva de métricas avaliativas.
- b) A definição participativa dos interesses dos atores envolvidos.
- c) As interrogações em relação aos determinantes que influenciam nos resultados individuais de avaliação.
- d) O processo de tomada de decisão acerca da efetividade das ações.
- e) A formação de novas agendas e a construção de novos interesses individuais.

Discursiva 1

A Prefeitura Municipal Alfa decidiu construir um Centro Integrado de Educação Infantil e Cidadania, com o objetivo de ampliar o atendimento em tempo integral e oferecer à comunidade local um espaço multifuncional com biblioteca, auditório, salas de aula, área esportiva e ambiente de convivência. A obra foi orçada em aproximadamente R\$ 35 milhões, com prazo contratual de 18 meses, e envolve diversas etapas interdependentes, como fundações profundas, estrutura em concreto armado, alvenaria, instalações elétricas e hidráulicas, revestimentos, paisagismo, acessibilidade e sinalização.

Com base na situação hipotética apresentada, elabore um texto dissertativo contínuo, de até 60 (sessenta) linhas, abordando de forma articulada e fundamentada os tópicos a seguir:

- a) Defina o orçamento de obras e explique sua finalidade no planejamento e na execução de obras públicas.
- b) Apresente os principais componentes do BDI, diferenciando benefícios de despesas indiretas, e explique a importância de sua correta determinação.
- c) Descreva a metodologia PERT/CPM, destacando suas etapas principais e a aplicação prática no controle de obras públicas.
- d) Conceitue o caminho crítico e explique sua importância para o cumprimento dos prazos contratuais.
- e) Analise os efeitos de eventuais atrasos em atividades do caminho crítico e indique medidas mitigadoras que possam ser adotadas pela construtora.
- f) Demonstre a relação entre o equilíbrio orçamentário (BDI correto) e o planejamento eficiente (PERT/CPM) para a economicidade e sucesso do projeto público.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Folha de Resposta

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

Discursiva 2

A Justiça Federal de determinado Estado aprovou a construção de um Complexo Administrativo Judicial, destinado a centralizar diversos órgãos e varas federais. O empreendimento, orçado em R\$ 250 milhões, foi licitado na modalidade concorrência, sob regime de contratação integrada, por se tratar de obra de grande vulto e alta complexidade técnica.

Com base na situação apresentada, elabore um texto dissertativo contínuo, de até 60 (sessenta) linhas, abordando de forma integrada e fundamentada os tópicos a seguir:

- a) Aplicabilidade da Lei nº 14.133/2021 ao caso, considerando o órgão contratante e o objeto da licitação.
- b) Justificativa para a modalidade concorrência e quais outras modalidades estão previstas na Lei nº 14.133/2021, bem como a possibilidade (ou não) de o gestor criar novas modalidades ou combinar as existentes.
- c) Definição de anteprojeto, projeto básico e projeto executivo.
- d) Definição do regime de contratação integrada e a responsabilidade pelo anteprojeto, projeto básico e projeto executivo nesse regime.
- e) Obrigatoriedade da matriz de riscos e sua finalidade na manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Folha de Resposta

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

Simulado Especial CGE-SP (Auditor Estadual de Controle - Obras e Concessões) - 11/10/2025

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.

Sua opinião é muito importante para nós!

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>